



Poços de Caldas

**4º Congresso Nacional
de Educação**

07 a 08 de Outubro 2020 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Poços de Caldas

A EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS

Eixo Temático: **EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE**

Forma de Apresentação: **RELATO DE VIVÊNCIA**

Wanderley Gomes de Oliveira¹

Márcia Cristiane da Silva Galindo²

RESUMO

Desde o início da história da humanidade, os tipos de comportamento em relação às pessoas com deficiências eram de eliminação, destruição e menosprezo, caracterizados pelos corpos e suas marcas. Através de sua historicidade, a deficiência por si só já levanta várias discussões por suas peculiaridades, tampouco ao ponto de vista dos alunos e aos olhos dos educadores. Sabe-se que no mundo, muitos países adotaram práticas ativas que favorecessem a inclusão de seus alunos com deficiência, potencializando a vivência desses educandos na realidade que ainda encontra dificuldades em ser aceita pela sociedade e a comunidade escolar. O estudo teve objetivo geral de investigar as dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, gerando discussões sobre os processos de observação, coparticipação e docência supervisionada, que atualmente é essencial em todos os âmbitos do processo de formação dos futuros profissionais. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de vivência acerca das observações das práticas pedagógicas utilizadas nas aulas de Educação Física em escolas da rede pública estadual na cidade de Macapá no Estado do Amapá. Diante das observações, foi notório perceber que muitos professores não são e não se sentem capacitados para atender alunos com diferentes deficiências, seja pela falta de conhecimentos, planejamento inadequado das aulas, ou até mesmo do ambiente inapropriado para o seu desenvolvimento. Entretanto acredita-se que é necessário maior entrega por parte dos professores, no que tange a busca por novos conhecimentos e estímulos para incluir e adaptar suas aulas a estes alunos. Recomenda-se a utilização de Metodologias Ativas que incluam uma práxis educativa mais humanizada, com valores éticos para esses alunos com deficiência.

Palavras-chave: Escola inclusiva. Educação Física. Práticas Pedagógicas. LDB. PCN's.

1INTRODUÇÃO

¹Especialista em Docência no Ensino de Educação Física pelo Instituto Brasileiro de Formação, UNIBF; Licenciado em Educação Física pelo Centro de Ensino Superior do Amapá, CEAP, Macapá, Amapá. E-mail: wanderleyleo.edf@outlook.com

²Orientadora: Doutoranda em Ciências da Linguagem pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, UTAD, Vila Real, Portugal; Docente do Centro de Ensino Superior do Amapá, CEAP. E-mail: marcia_crispt@hotmail.com



Poços de Caldas

**4º Congresso Nacional
de Educação**

07 e 08 de Outubro 2020 | 100% On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais
Campus Poços de Caldas

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), legislação que rege o ensino de nosso país, no art. 58 traz a concepção de Educação Especial a ser adotada, pois entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais”. Neste cenário da Educação Inclusiva, é essencial que haja a diferença entre a inclusão escolar e a integração. A primeira se refere á inserção do sujeito na escola de forma que ele se adapte ao ambiente já estruturado, enquanto a integração direciona a ideia de atitudes e percepções, adaptações curriculares para a união de inclusão e interação dando acesso ao docente às aulas (COIMBRA, 2003; SERRA, 2008; MARTINS, 2012).

Nesse mesmo sentido, Rechinellil (2008), destacam as mudanças ocorridas na LDB¹ e nos PCN's, que trazem importantes avanços no sentido de facilitar a inclusão. Para eles, os PCN's² aparecem como o primeiro documento oficial a propor de forma efetiva o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à diversidade propondo a inclusão através de uma Educação Física aberta a todos, independente de suas diferenças. Aliás, os objetivos dos PCN's em sua maioria, trazem vários elementos que favorecem à inclusão, visto que, o respeito ao outro, a cooperação e a solidariedade são amplamente valorizadas em seu contexto.

Para López (2012), o conceito de inclusão sugere o desenvolvimento de processos e práticas que procuram proporcionar aos alunos com dificuldades uma educação tão comum quanto possível, evitando a sua segregação. Segundo este autor evitar a segregação pode significar a integração física nos espaços comuns da escola de ensino regular, sem participação nas atividades realizadas em conjunto com os pares, a participação pontual de alunos com necessidades educativas especiais em atividades conjuntas na sala de aula, ou ainda a participação integral destes alunos no currículo comum, com objetivos diferenciados (LÓPEZ, 2012).

De acordo com Tédde (2012), a inclusão vem tentando garantir uma educação de qualidade para os alunos com deficiência incluídos no ensino regular, trouxe através da

¹A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior).

²Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) – documento que rege as disciplinas da Educação Básica bem como a Educação Física, com propostas que valoriza o ensino das atividades físicas sem restringi-lo ao universo das habilidades motoras e dos fundamentos dos esportes. Ele vai além, estando em voga a práxis (teoria e prática), interligados a temas que remete as reflexões da realidade social, na qual envolve ética, estética, desempenho, cultura, sexualidade, meio ambiente, entre outros.



Poços de Caldas

**4º Congresso Nacional
de Educação**

07 e 08 de Outubro 2020 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais
Campus Poços de Caldas

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o atendimento educacional especializado (AEE), um serviço da educação especial que percebe os limites dos alunos e busca trazer novos recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as dificuldades para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas e abrindo novas oportunidades inclusivas na escola. À medida que cada vez mais países abraçam uma definição mais ampla de inclusão e que a diversidade é valorizada em qualquer grupo de alunos, o conceito de educação inclusiva pode ser encarado como uma forma de elevar o sucesso através da presença (“acesso à educação”), da participação (“qualidade da experiência de aprendizagem”) e do sucesso (“processos e resultados da aprendizagem”) de todos os alunos (AENEELI, 2014, p.10-11).

Segundo Aranha (2003), os ajustes que passam por modificações promovidas no currículo envolvem objetivos, conteúdos, métodos de ensino, processo de avaliação e temporalidade do processo de ensino e aprendizagem, adaptados de acordo com as necessidades de cada aluno. Para realizar a adaptação curricular é necessário que o projeto pedagógico da escola e o planejamento de ensino considerem objetivos educacionais e estratégias didático-pedagógicas que garantam acessibilidade de todos os alunos na rede escolar.

A Educação Física como prática educativa seja ela desenvolvida no âmbito da educação formal ou em outros espaços sociais, não pode estar isolada do movimento de luta por uma educação verdadeiramente democrática. Logo, é necessário discutir as peculiaridades desta prática diante do desafio da educação inclusiva, bem como considerar os diferentes aspectos e fatores que interagem no âmbito educacional no sentido de limitar a implantação do trabalho pedagógico voltados para a inclusão de todos. Dessa forma o significado que a prática pedagógica possa assumir varia, isto é, consiste em algo que não pode ser definido, apenas concebido, mudando conforme os princípios em que estiver baseada a ideia.

A Educação Física na escola se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo. O Programa de Educação Física quando adaptada ao aluno com deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação (CIDADE E FREITAS, 1997).



Poços de Caldas

**4º Congresso Nacional
de Educação**

07 e 08 de Outubro 2020 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais
Campus Poços de Caldas

No Brasil, a diversidade no espaço educativo tem sido alvo de inúmeros debates e reflexões, e acesso à escola vem sendo de modo lento implementado a todas as pessoas com deficiência. Contudo, a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular reflete os avanços sociais baseados nos direitos humanos e, embora passível de críticas, constitui forte tendência desde o final do século passado.

A igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo fazem parte da construção de uma escola inclusiva e que vem acontecendo em vários países. O objetivo da inclusão educacional é a educação para todos, inclusive, pessoas com deficiências inseridas na rede regular de ensino, em todas as etapas e modalidades.

A Educação Especial pode ser entendida como uma forma de qualificação do sistema educacional, auxiliando na minimização de diferenças de ajuste entre os alunos com e sem deficiência, propiciando um ambiente heterogêneo em suas necessidades especiais. A inclusão da pessoa com deficiência no sistema educacional regular pode possibilitar melhorias na formação humana, com maior respeito à individualidade de cada pessoa, bem como maior qualificação dos profissionais envolvidos com o processo. Contudo, torna-se necessário que seus fundamentos políticos, econômicos e sociais sejam criticamente analisados.

Ao falar novamente da atualidade, Rechinelli (2008), destacam as mudanças ocorridas na LDB e nos PCN's, que trazem importantes avanços no sentido de facilitar a inclusão. Para eles, os PCN's aparecem como o primeiro documento oficial a propor de forma efetiva o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à diversidade propondo a inclusão através de uma Educação Física aberta a todos, independente de suas diferenças. Aliás, os objetivos dos PCN's em sua maioria, trazem vários elementos que favorecem à inclusão, visto que, o respeito ao outro, a cooperação e a solidariedade são amplamente valorizadas em seu contexto.

Entretanto, independentemente dos avanços conquistados na legislação no que se diz respeito à educação inclusiva, percebe-se uma grande diferença entre o discurso teórico e a realidade prática. Nesse sentido, os estudos analisados destacam as inúmeras e reais dificuldades encontradas pelos profissionais para colocar em prática de fato esse processo. Destacam também algumas vantagens.

A especificidade da área se dá através da finalidade da Educação Física na escola que, para Betti (2004, p. 24) é:

“Introduzir e integrar o aluno no âmbito da cultura corporal de movimento, visando formar o cidadão que possa usufruir,



Poços de Caldas

**4º Congresso Nacional
de Educação**

07 e 08 de Outubro 2020 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais
Campus Poços de Caldas

compartilhar, produzir, reproduzir e transformar as formas culturais do exercício da motricidade humana, tais como jogos, esportes, ginásticas e práticas de aptidão física, dança e atividades rítmicas/expressivas, lutas/artes marciais e práticas alternativas”.

A necessidade e a importância da criança experimentar várias formas de movimentos, ligados ou não ao esporte, observando ainda os possíveis conhecimentos e experiências afetivas advindas da prática desses movimentos, se destacam nessa abordagem.

Para Freire (1986), define a prática pedagógica como um conjunto de saberes para construção de conhecimento sendo caracterizada como um processo realizado por ambos os atores: professor e aluno, na direção de uma leitura crítica da realidade professor e aluno, onde ensinam e aprendem, construindo e reconstruindo o conhecimento juntos. É importante que ambos os atores compreenda que a inclusão não é somente um acesso, mas também um processo que ocorre muitas mudanças. Com ela, os professores, que sempre tiveram a visão de uma escola de alunos perfeitos, bonitinhos, sendo todos iguais e perfeitos, agora se percebem que cada criança tem a sua individualidade e que nenhuma pessoa é perfeita e igual à outra. As diferenças existem sim entre as crianças sendo necessária a igualdade de oportunidades (GONZÁLES, 2007).

Para reforçar essa necessidade, Mantoan (2006, p. 47), descreve que a inclusão não prevê o uso de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites, de acordo com um ensino de qualidade, o professor levará em conta suas limitações e assim trabalhara novas possibilidades para cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com a realidade e admitirmos que as escolas existam para formar as novas gerações, e não apenas alguns membros, os mais capacitados e privilegiados. Portanto a escola ao amparar os alunos com deficiência deve ter como principal objetivo promover conhecimento e possibilidades através de suas praticas de ensino e ofereçam suporte para desprender os limites da deficiência destes alunos.

Diante da proposta de educação inclusiva e as peculiaridades do ensino da Educação Física, este estudo tem como objetivo geral investigar as dificuldades encontradas pelo professor de Educação Física no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, gerando discussões sobre os processos de observação, coparticipação e docência supervisionada, que atualmente é essencial em todos os âmbitos do processo de formação dos futuros profissionais.



Poços de Caldas

**4º Congresso Nacional
de Educação**

07 a 08 de Outubro 2020 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais
Campus Poços de Caldas

2METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência acerca da experiência através do Estágio Supervisionado do curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física do Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP, junto a duas escolas públicas de Macapá no Estado do Amapá. Este trabalho procurou conhecer os fenômenos que norteiam a educação inclusiva nas aulas de Educação Física nas escolas públicas.

As observações aconteceram mediante a perspectiva de investigação das práticas pedagógicas das aulas teóricas e práticas de Educação física em escolas de rede estadual, compreendendo o período de observações e intervenções em cada escola no turno matutino, durante o Estágio Supervisionado II, de março à junho no semestre de 2017.1 na escola A que atende ao nível de Ensino Fundamental I e II, e Estágio Supervisionado III, de agosto à novembro no semestre de 2017.2 na escola B que atende ao nível de Ensino Médio.

Para efetivar a ação num primeiro momento foi estabelecido contato com os diretores responsáveis pela escola e com os professores de Educação Física para a autorização da realização do Estágio Supervisionado e, posteriormente, a elaboração do Relatório de Estágio.

Os professores participantes deste estudo foram 2 professores de Educação Física que trabalham com alunos que possuem deficiência.

3RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações realizadas ocorreram nas escolas A e B nas aulas de Educação Física sendo aulas práticas e teóricas, as ações englobaram 04 etapas, para melhor identificação dos objetivos utilizou como suporte um roteiro diário montado, pelo acadêmico, composto por tópicos, a saber: Características ambientais da escola, dificuldades, conteúdos trabalhados na aula, materiais didáticos e características dos alunos quanto à participação, comportamento e formação dos professores.

A escola “A” possui alunos com deficiência auditiva, física, motora e intelectual, em relação ao espaço físico as escolas oferecem estrutura para receber os alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida, ao observar as aulas e os conteúdos trabalhados na escola “A” foi possível identificar que o professor utilizava atividades diferenciadas e não adaptadas, ou seja, os alunos são inseridos nas aulas, mas não desenvolvem as mesmas atividades que os demais colegas de classe.

Na escola “B” seu espaço físico possui uma total estruturação para atender a necessidades dos alunos com deficiência tais como pequenas rampas e locais de fácil acesso para alunos com mobilidade reduzida. Além de possuir sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), e professores que auxiliam nesse processo de inclusão educacional.

Estima-se que existam no Brasil cerca de seis milhões de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, para um contingente oficial de matrículas em torno de 500 mil alunos, considerando o conjunto de matrículas em todos os tipos de recursos disponíveis, desde escolas especiais até escolas e classes comuns (MENDES, 2006). Portanto, a grande maioria dos alunos com necessidades educacionais especiais encontra-se hoje fora de qualquer tipo de escola, o que configura muito mais uma exclusão generalizada da escola, a despeito da anterior retórica da integração e/ ou da recente proposta de inclusão escolar.

Os autores Sousa e Tavares (S/D) discorrem em seu estudo que as escolas brasileiras já deveriam estar capacitadas para a inclusão, entretanto, ainda não existem em muitas escolas as adaptações necessárias para receber o aluno com deficiência de forma adequada gerando uma minoria destes alunos matriculados. Essa realidade precisa ser superada, pois a educação é o meio mais eficiente para acabar com a exclusão social, portanto, devemos investir em qualidade, sem barreiras e obstáculos para alunos com deficiências (SILVA et al., 2008).

Em relação ao nível de participação dos alunos na escola “A” somente os alunos que possuem deficiência auditiva participam de forma ativa das atividades propostas pelo professor com os demais alunos, enquanto os que possuem deficiência motora intelectual e física participam com o professor de apoio em atividades diferenciadas, em relação às características da turma com os alunos que possuem deficiência foi perceptível que possuem uma boa convivência e são bem ativos e participativos nas aulas, tendo um bom convívio com os professores. No entanto o professor têm dificuldade de inserir os alunos nas aulas com as mesmas atividades desenvolvidas para os demais sendo assim são desenvolvidas atividades diferenciadas.

Considerando os métodos e modelos pedagógicos utilizados nas aulas de Educação Física, segundo Oliveira-Formosinho (2007) define que um modelo pedagógico se refere a um sistema educacional compreensivo que se caracteriza por culminar num quadro de valores. E, deste modo, define as grandes finalidades educacionais, os seus objetivos e os



Poços de Caldas

**4º Congresso Nacional
de Educação**

07 a 08 de Outubro 2020 | 100% On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais
Campus Poços de Caldas

meios para atingi-los (VARELA, 2010), com o intuito de se concertar a teoria e a prática (FORMOSINHO, 2013).

Por um lado, um paradigma de formação contínua e de desenvolvimento profissional; ou seja, um modo de pensar a formação dos docentes que elegem esse modelo para trabalhar. E, por outro, um modelo curricular que agrega as orientações para a prática profissional ao nível do ensino-aprendizagem, visando “integrar os fins da educação com as fontes do currículo, os objetivos com os métodos de ensino e estes métodos com a organização do espaço e do tempo escolar” (p.16). Isto é, um modelo pedagógico molda um modelo curricular que expressa às condições nas quais opera (VARELA, 2010).

Durante o processo de experiência foi identificado um aluno da escola A com deficiência auditiva, sem comprometimento físico, e não participava de nenhuma atividade durante as aulas e não tinha acesso ao espaço da quadra escolar para acompanhar as aulas, no entanto o professor não desenvolvia atividades para o aluno, deixando a responsabilidade para o professor de apoio. Assim, compreende-se que é de fundamental importância a reformulação da escola, objetivando a transformação de concepções, focando na promoção de uma educação inclinada para a ética, para o exercício da cidadania, uma vez que a educação é a forma de construção e reconstrução de valores com intenção de desenvolver o indivíduo mais humano; assim, numa educação neste contexto, é crucial o resgate de valores de solidariedade, de fraternidade, de respeito às distinções e às singularidades de cada indivíduo (SIEGEL, 2005).

Na escola B foi identificado que um aluno com deficiência física e participou dos jogos escolares junto com os demais alunos, sem discriminação ou obtendo vantagem as equipes que eles pertenciam, assim sendo incluídos e participando como pessoas “normais”. Garcia (2002) e Zeraik (2006), defendem que uma escola inclusiva se pauta pela colaboração e cooperação. Isto porque há “oportunidades para dominar atividades praticando e ensinando outros” (BENNETT; GALLAGHER, (2012) Apud AENEELI, (2014), p. 13).

Todos os alunos se beneficiam com a aprendizagem cooperativa: “o aluno que explica ao outro, retém melhor e por mais tempo a informação e as necessidades do aluno que está a aprender são abordadas de melhor forma por um par cujo nível de compreensão esteja apenas ligeiramente acima do seu próprio nível” (AENEELI, 2014, p.18). Gomes (2013), vai um pouco mais longe identificando as atividades de aprendizagem cooperativa

como o ideal da inclusão, sublinhando que os conhecimentos ou competências só adquirem o seu verdadeiro valor na relação com os outros.

Em relação aos materiais didáticos, nesse cenário encontramos na escola A escassez de materiais e o uso da improvisação para o desenvolvimento das aulas e até mesmo, materiais trazidos pelos professores não só para os alunos com deficiência, mas também para os demais, sendo uma realidade enfrentada pelos professores de Educação Física. Na escola B, o espaço físico da sala, bem como os equipamentos e recursos pedagógicos e as estratégias pedagógicas propostas para a turma estavam articulados e contribuem para o desenvolvimento do pensar dos alunos e encorajaram a socializar as produções escolares com os colegas, o que facilita o desenvolvimento das capacidades sociais, cognitivas e motora dos alunos.

No entanto, as escolas, em sua maioria, não estão preparadas para receberem os alunos ditos especiais, pois não foram pensadas visando a recebê-los. Dessa forma, elas correm contra o tempo para se adequarem aos padrões exigidos pelas normas da educação inclusiva (SKLIAR, 2011). São encontrados inúmeros obstáculos no desenvolvimento das práticas educacionais inclusivas, pois, infelizmente na realidade, as situações encontradas são desanimadoras, como podemos mencionar: professores sem uma formação adequada para lidar com esses alunos, a falta de adequação dos ambientes escolares, ausência de materiais didáticos específicos para suprir as suas necessidades e inúmeros outros problemas existentes que limitam a prática da educação inclusiva (RODRIGUES, 2006).

Ainda sobre materiais, Alves (2006), salienta ainda a grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para o trabalho na sala de recursos multifuncionais, destacando-se alguns como: Os jogos pedagógicos que são aqueles que privilegiam a aparência lúdica, a criatividade como também o desenvolvimento do pensamento. Estes jogos podem ser confeccionados pelos próprios professores os quais devem atender a demanda dos alunos respeitando suas habilidades motoras e sensoriais. Compreende as sucatas, velcros, fotos, gravuras, folhas coloridas, etc. Além disso, os jogos pedagógicos adaptados de acordo com as necessidades educacionais especiais de cada aluno. Ex: materiais com peças grandes e de fácil manejo, simbologia gráfica usada em pranchas de comunicação para facilitar a aprendizagem de diferentes disciplinas. Ainda os livros didáticos e paradidáticos em Braille, libras, impressos em letra ampliada, livros virtuais, falados, dicionário trilingue, dentre outros. São utilizados também os recursos específicos como lupa, reglete calculadora sonora, engrossadores de lápis, tesoura adaptada,

softwares, etc. Os mobiliários adaptados como mesa de recorte, ajustes para controle do corpo, tapetes antiderrapantes para evitar acidentes também são recursos os quais não podem faltar na lista destes materiais.

As escolas A e B possuem professores graduados, mas sem nenhuma especialização para o trabalho com alunos com deficiência, após diálogo com os professores foi perceptível que estão em busca de aperfeiçoamento das práticas docentes para o melhor desenvolvimento do trabalho com os alunos de forma geral, não somente com os alunos com deficiência. Ao evidenciar a experiência com os pares por meio da percepção das aulas e da resposta dos alunos os modelos pedagógicos ou curriculares se constituem como um importante suporte para o educador intencionalizar a sua prática, contextualizar a sua ação e ainda refletir sobre ela. Essa nova realidade inclusiva retém dos professores uma capacitação continuada como aspecto importantíssimo na formação docente no processo da inclusão.

Segundo Siems (2010), a preocupação com a capacitação dos professores em escolas para a educação como forma inclusiva é ainda muito recente. O apoio especializado é fundamental para o progresso e a orientação adequada para o com alunos com deficiência, a capacitação de professores é algo que vem gerando atenção na atualidade, pois se tem muitos professores, mas poucos são capacitados para o desenvolvimento no trabalho com alunos com deficiências.

Compreende – se a importância quanto a formação inicial da continuidade desse processo, objetivando buscar novos conhecimentos, novas formas de atuar, atender às novas demandas educacionais que se apresentam e promover a adequação para os alunos dos valores e conhecimentos socialmente produzidos para uma melhor relação (MARTINS, 2012).

O professor que trabalha nessa perspectiva deve repensar seus objetivos, métodos, funções sociais, tempo, espaço e conhecimento para incluir esses alunos com. necessidades especiais nas atividades desenvolvidas nas aulas de Educação Física, com comprometimento e responsabilidades (SILVA; SOUSA; VIDAL, 2008).

É fundamental que os professores revejam suas formas de ensino para adequar seus alunos nas praticas em atividades desenvolvidas nas aulas de Educação Física e tracem objetivos diferenciados em suas aulas possibilitando trocas de experiências ate mesmo entre os professores. Ainda sobre o perfil profissional Vitaliano (2007), destaca a formação pedagógica dos professores deve ser pensada de modo a contribuir para que estes



Poços de Caldas

**4º Congresso Nacional
de Educação**

07 e 08 de Outubro 2020 | 100% On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais
Campus Poços de Caldas

desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva e comprometida ética e politicamente com as exigências do contexto atual para que possa propiciar uma formação adequada aos futuros professores para a inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais.

4CONCLUSÃO

A vivência possibilitou refletir sobre o desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores de Educação Física com os alunos deficientes e inferir que, a grande maioria não desenvolve modelos e práticas pedagógicas com a utilização de elementos considerados básicos e essenciais na educação inclusiva. Elementos estes que auxiliam no desenvolvimento e cooperação no convívio e na melhora da socialização dos alunos com deficiência. Nesse sentido é necessário repensar essa prática com vista a desenvolver uma escola que, verdadeiramente, aceite as diferenças e proporcione uma educação igualitária mesmo sabendo que não é uma tarefa fácil. Sendo assim, é necessária a união de todos os envolvidos no processo de construção da aprendizagem para a sua realização, indo desde a preparação dos espaços escolares até a formação acadêmica dos nossos docentes. Para isso, é relevante o uso de meios e recursos que permitam a ele uma formação educacional de qualidade conferindo-lhe, assim, os seus direitos como cidadão e acima de tudo respeito com as diferenças impostas pela condição humana.

Compreende-se que, este é o caminho para a verdadeira e efetiva inclusão de todos os alunos. Porém ainda há um longo trajeto a percorrer para melhorar o desenvolvimento desses alunos. Dessa forma, é importante o envolvimento da família, facilitando os aspectos físicos, psicológicos, sociais, culturais e cognitivos dos alunos.

Vivência como estas devem ser incentivadas para que se possa conhecer a realidade escolar atual, sobretudo para os profissionais da Educação Física, que permita refletir sobre a necessidade de entender as dificuldades encontradas pelos professores atuantes nesta área.

No processo de inclusão, a utilização das metodologias ativas aponta para a busca por novas formas de ensinar e aprender, sendo imprescindíveis para o ensino aprendizagem dos alunos com deficiência. É necessário buscarmetodologias inovadoras, que coloquem o protagonismo discente e propiciem nova práxis educativas, transformadora do anterior



Poços de Caldas

**4º Congresso Nacional
de Educação**

07 a 08 de Outubro 2020 | 100% On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais
Campus Poços de Caldas

ensino de instruções e comandos. Tal protagonismo, por sua vez, deve-se conduzir, em seu construto histórico e dinâmico, por valores éticos, reflexivos e inovadores, que incluam uma práxis educativa sempre mais humanizada para esses alunos.

REFERÊNCIAS

AENEEL- Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (2014). **Cinco mensagens-chave para a educação inclusiva**. 2014. Colocar a teoria em prática. Odense: Autor. www.european-agency.org. Acedido em janeiro 2020.

ALVES, Denise de Oliveira (Org.). **Salas de Recursos Multifuncionais: espaços para o atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2006.

ARANHA, M.S.F. **Referenciais para construção de sistemas educacionais inclusivos –a fundamentação filosófica –a história –a formalização**. Versão preliminar. Brasília: MEC/SEESP, nov. 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: Acesso em: 11 de novembro de 2017.

COIMBRA, I. D. **A inclusão do portador de deficiência visual na escola regular**. Salvador: EDUFBA, 2003.

FREIRE, Paulo & SHOR, Ira . **Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

FORMOSINHO, J. Prefácio. In: FORMOSINHO, J. (Org.) **Modelos Curriculares para a Educação de Infância**. 4. ed. Porto. Porto Editora. 2013, p. 924.

GARCIA, C. **Um estudo das práticas educativas no processo de inclusão da criança portadora de dismotria cerebral ontogenética**. 2002. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - Universidade Estadual Paulista, Brasil, 2002.

GONZÁLEZ, Eugênio. **A educação Especial: conceito e dados históricos Necessidades Educacionais Específicas**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 17-46.

GOMES, H. **A aprendizagem cooperativa como ferramenta para a inclusão**. 2013. Dissertação (Mestrado)- Escola Superior de Educação de Lisboa - Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal, 2013.

LOPÉZ, J. L. Facilitadores de la inclusión. **Revista Educación Inclusiva**, v. 5, n. 1, 2012. p. 175-187.

MARTINS, Lúcia de A. R. Reflexões sobre a formação de professores com vista à educação inclusiva. In: MIRANDA, Theresinha G.; GALVÃO FILHO, Teófilo A. **O professor e a educação inclusiva**. Salvador. Edefba. 2012.



Poços de Caldas

**4º Congresso Nacional
de Educação**

07 a 08 de Outubro 2020 | 100% On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais
Campus Poços de Caldas

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como Fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.p.3959.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, 2006. p. 387-405.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. **O modelo curricular do MEM** – Uma gramática pedagógica para a participação guiada. Escola Moderna,18 (5ª série), 2003. p. 5-9.

RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e Educação: doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

SERRA, D. Inclusão e ambiente escolar. In: SANTOS, M. P. dos; PAULINO, M. M. (Orgs). **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 3144.

SIEGEL, Norberto. **Fundamentos da Educação: Temas Transversais e Ética**. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI).Indaial: Ed.ASSELVI, 2005.

SIEMS, M. E. R. **Educação especial em tempos de educação inclusiva: identidade docente em questão**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 94.

SILVA, R. H. R.; SOUZA, S. B.; VIDAL, M. H. C. Dilemas e perspectivas da educação física diante do paradigma da inclusão. **Pensar a Prática**,Goiania, v. 11, n. 2, 2008. p. 125-135.

SKLIAR, C. (Org.). **A Surdez: Um Olhar Sobre as Diferenças**. 5. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

SOUSA, E. M.; TAVARES H. M. **Acessibilidade da criança com deficiência física na escola**. S/D. Acessado em: . Acesso em: 30 nov. 2017.

TÉDDE, Samantha. **Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão**. 2012. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo, 2012.

VARELA, H. **À procura de uma identidade: Modelos pedagógicos e curriculares em educação de infância**. 2010. Dissertação (Mestrado), Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, Portugal, 2010.

VITALIANO, C.R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.13, n.3, 2007. p. 399-414.

ZERAIK, F. **A avaliação nas práticas pedagógicas inclusivas: visão de professores**. 2006. Dissertação.